



PLATAFORMA DE
**TRANSIÇÃO
JUSTA**

Transição Justa para uma Economia de Baixo Carbono no Brasil

Modernização das
Políticas Regionais e
Construção de Resiliência
Socioeconômica



Por Sergio Andrade e Cassiele de Moraes

Transição Justa: Para além da energia

A transição justa para uma economia de baixo carbono no Brasil não se limita à transformação do setor energético. Em um país de dimensão continental e com uma economia fortemente ancorada em atividades intensivas em emissões de carbono — como petróleo, gás, mineração, siderurgia e agronegócio — a transição envolve um conjunto de políticas de desenvolvimento econômico que promovam a modernização dos setores produtivos e a resiliência socioeconômica dos territórios afetados. Esse processo requer uma abordagem holística que considere as especificidades regionais e setoriais, a diversificação econômica local e a inclusão social.

Iniciativas como o Plano de Transição Verde do Ministério da Fazenda e o programa Nova Indústria Brasil, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), sinalizam uma agenda federal que integra inovação, competitividade e sustentabilidade. Contudo, para que essas estratégias se materializem, é necessário que as políticas públicas de desenvolvimento econômico sejam adaptadas às realidades estaduais e municipais, promovendo um equilíbrio entre a descarbonização, a proteção social e a sustentabilidade econômica.

Este texto busca oferecer um direcionamento estratégico para a modernização das políticas de desenvolvimento econômico e para a resiliência socioeconômica em Estados e Municípios brasileiros fortemente dependentes de setores intensivos em carbono, com especial atenção para as diferentes realidades regionais. A proposta é apresentar um conjunto de estratégias e roteiros para que gestores públicos e privados possam direcionar suas ações de forma integrada e eficiente.

O Contexto Brasileiro: Diversidade de Realidades e Desafios Regionais

O Brasil enfrenta o desafio de conciliar a descarbonização de sua economia com o desenvolvimento econômico e social de suas regiões. Em Estados como o Rio de Janeiro, onde a cadeia de valor do petróleo e gás é responsável por uma parte expressiva da arrecadação fiscal e do emprego, a transição para uma economia de baixo carbono precisa ser cuidadosamente planejada para evitar a perda de receitas e a consequente crise socioeconômica. O mesmo se aplica a Estados como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, cujas economias são amplamente dependentes do agronegócio — setor responsável por mais de 70% das emissões de gases de efeito estufa do Brasil, devido à conversão de áreas naturais para pecuária extensiva e ao uso intensivo de fertilizantes.

Dessa forma, a transição justa no Brasil deve se adaptar às características econômicas e sociais dos diferentes Estados e Municípios, criando políticas públicas que promovam a diversificação econômica, a qualificação profissional e a inclusão produtiva em áreas que serão diretamente impactadas pela redução das atividades intensivas em carbono.



Estratégias para a Modernização das Políticas de Desenvolvimento Econômico e Resiliência Socioeconômica

1 Fortalecimento Institucional e Modernização das Políticas Públicas: Planejamento Integrado e Multinível

A criação de marcos regulatórios específicos para a transição justa em setores críticos como petróleo e gás, mineração e agronegócio é fundamental para orientar os investimentos e as ações de modernização. Estados como o Rio de Janeiro, que dependem profundamente da arrecadação de royalties (compensação financeira) de petróleo, devem estabelecer fundos de estabilização fiscal e mecanismos de compensação para lidar com a transição gradual para uma economia de baixo carbono. Esses fundos podem ser utilizados para financiar a diversificação econômica e a requalificação profissional de trabalhadores das cadeias produtivas afetadas.

Nos Estados e Municípios com forte presença do agronegócio, como Mato Grosso, Goiás e Bahia, a modernização das políticas deve incluir a criação de incentivos para práticas agrícolas sustentáveis e a regeneração de áreas degradadas. Políticas de financiamento rural para a conversão produtiva e a adoção de tecnologias de baixa emissão como a integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF) são essenciais para reduzir as emissões sem comprometer a competitividade do setor.

2 Planejamento Territorial Integrado: Diversificação Econômica e Desenvolvimento de Clusters

Estados com forte concentração de atividades intensivas em carbono, como Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, devem adotar estratégias regionais de desenvolvimento que promovam a diversificação econômica, investindo em setores de alta intensidade tecnológica e de baixo impacto ambiental. Isso inclui o fortalecimento de clusters industriais voltados para a economia circular, eficiência energética e inovação tecnológica.

Para promover a diversificação econômica em Estados com forte vocação para o agronegócio, é necessário estimular a expansão de cadeias produtivas sustentáveis e integrar setores como o ecoturismo, manejo florestal sustentável e bioeconomia. Incentivos financeiros e fiscais podem ser direcionados para estimular a verticalização das cadeias produtivas, agregando valor aos produtos e aumentando a competitividade regional.

3 Inovação Tecnológica e Pesquisa para a Transformação Produtiva

A inovação tecnológica desempenha um papel central na transformação dos setores intensivos em carbono. No setor de petróleo e gás, por exemplo, o desenvolvimento de tecnologias de captura e armazenamento de carbono (Carbon Capture and Storage - CCS) e a adaptação para o uso de hidrogênio como combustível de transição podem prolongar a viabilidade econômica desses setores enquanto as alternativas de baixa emissão são desenvolvidas.

Para o agronegócio, a pesquisa deve focar no desenvolvimento de tecnologias que permitam a intensificação sustentável da produção com menor uso de insumos químicos e maior eficiência no uso da terra. A adoção de biotecnologias, agricultura de precisão e a melhoria genética de pastagens são estratégias que podem reduzir as emissões sem impactar a produtividade.

4 Capacitação e Requalificação Profissional: Preparação para Novos Perfis Ocupacionais

A capacitação e a requalificação profissional são essenciais para garantir que a transição justa seja inclusiva e que os trabalhadores dos setores intensivos em carbono tenham oportunidades de migração para empregos de baixo carbono. Em Estados como o Rio de Janeiro, onde há forte concentração de empregos diretos e indiretos na cadeia de petróleo e gás, programas de requalificação voltados para a indústria offshore (em alto-mar) de energias renováveis, como a eólica e a solar, podem ajudar a mitigar os impactos econômicos e sociais da transição.

Para regiões com forte vinculação ao agronegócio, a capacitação deve focar em novas práticas produtivas sustentáveis e na adoção de tecnologias de baixa emissão, criando oportunidades para a inserção de trabalhadores em atividades como o manejo de sistemas integrados de produção, silvicultura (plantação de árvores) e serviços ambientais.

5 Instrumentos Financeiros e Fundos de Resiliência: Estímulo ao Investimento Sustentável

O uso de instrumentos financeiros como fundos de estabilização, títulos verdes e linhas de crédito para a transição justa é crucial para garantir que os recursos necessários para a modernização dos setores produtivos estejam disponíveis. No caso do Rio de Janeiro, a criação de um fundo soberano alimentado pelos royalties do petróleo pode financiar a transição para atividades econômicas de baixo carbono e proteger o Estado contra flutuações na arrecadação.

Em Estados com economias baseadas no agronegócio, é possível utilizar fundos de desenvolvimento rural e linhas de crédito específicas para apoiar a regeneração de pastagens degradadas, a conversão produtiva para sistemas de produção integrados e a adoção de práticas agrícolas regenerativas.

6 Participação e Diálogo Social: Inclusão de Comunidades e Setores Afetados

A construção de uma transição justa requer o envolvimento ativo de todos os atores sociais, incluindo trabalhadores, sindicatos, empresas e comunidades locais. No caso de regiões com forte dependência do petróleo e gás, como a Bacia de Campos no Rio de Janeiro, é necessário promover o diálogo entre empresas do setor, governos locais e trabalhadores para construir um consenso sobre o futuro econômico da região.

Em áreas de intensa atividade agropecuária, a inclusão das comunidades locais e de pequenos produtores no processo de transição para práticas sustentáveis é essencial para garantir a adesão às novas diretrizes e evitar conflitos socioambientais.

7 Políticas Integradas para Transformação Produtiva e Adaptação

Implementação de políticas de transformação produtiva que combinem eletrificação, digitalização e uso de tecnologias de baixa emissão, especialmente em setores industriais intensivos em energia, como aço e cimento. Apoio a estratégias locais de adaptação climática em Estados e Municípios vulneráveis, com foco em segurança hídrica e recuperação de áreas degradadas.



Modernização das Políticas Locais de Desenvolvimento Econômico e Integração com Iniciativas Globais

A transição justa deve ir além da mitigação de emissões, promovendo transformação estrutural de setores locais e regionais intensivos em carbono. Políticas como o Green Deal, da União Europeia, e o Inflation Reduction Act, dos Estados Unidos, são exemplos valiosos de integração entre políticas fiscais, subsídios e investimentos em inovação tecnológica. O Brasil pode adaptar esses modelos às realidades regionais para promover crescimento sustentável.

Conforme sugerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a ampliação de instrumentos financeiros direcionados a projetos de infraestrutura resiliente e inovação verde, como fundos de estabilização econômica e de resiliência climática, pode ajudar regiões fortemente dependentes de atividades intensivas em carbono a se adaptarem a mudanças estruturais. Tais instrumentos devem ser complementados por incentivos à implementação de tecnologias de descarbonização e à estruturação de cadeias produtivas sustentáveis.

Para modernizar as políticas de desenvolvimento econômico e integrá-las a iniciativas globais, é crucial adotar uma abordagem que equilibre a diversificação econômica com o crescimento sustentável. A construção de políticas modernas deve focar em três pilares principais: diversificação econômica com base em empregos verdes, fortalecimento da resiliência fiscal e adaptação das políticas de trabalho e inclusão produtiva.

1

Empregos Verdes e Diversificação Econômica

A transição para uma economia de baixo carbono oferece uma oportunidade significativa para gerar empregos em setores verdes, como energias renováveis, agricultura sustentável e tecnologias limpas. O desenvolvimento de cadeias produtivas inovadoras, como a produção de ônibus elétricos, a modernização dos sistemas agroalimentares e a integração de sistemas de bioenergia, pode impulsionar tanto a geração de empregos qualificados quanto a competitividade do país. Essa transição também se alinha às demandas internacionais, permitindo ao Brasil aproveitar mercados emergentes e atrair investimentos verdes que são cada vez mais exigidos pelo mercado global.

2

Resiliência Fiscal e Planejamento Tributário

A resiliência fiscal de Estados e Municípios deve ser um componente central na modernização das políticas econômicas. Regiões que hoje dependem fortemente da arrecadação de setores intensivos em carbono, como a indústria petrolífera e de mineração, enfrentam o risco de perda gradual de receita à medida que essas atividades diminuam seu peso relativo na economia. Para mitigar esses impactos e promover maior estabilização em longo prazo é necessário desenvolver mecanismos financeiros alimentados por royalties da mineração ou do petróleo, como no caso do Rio de Janeiro, que possam financiar a transição para novas atividades econômicas e garantir a estabilidade fiscal. Além disso, é essencial revisar os padrões de arrecadação e o planejamento tributário para diversificar as fontes de receita. Isso inclui realizar ajustes progressivos à medida que os setores intensivos em carbono perdem espaço, ao mesmo tempo em que se criam incentivos para atividades econômicas listadas na Taxonomia Sustentável Brasileira. A base tributária deve ser ampliada para integrar novos setores de baixo carbono, promovendo também a formalização de áreas promissoras, como a economia criativa e a economia verde.

3

Inclusão Produtiva e Requalificação Profissional

A adaptação das políticas de trabalho deve ser central para uma transição justa. É necessário investir em programas de requalificação profissional que capacitem trabalhadores dos setores afetados pela descarbonização para atuarem em setores emergentes, como energias renováveis, bioeconomia e tecnologia limpa. A transição deve ser inclusiva, garantindo que as populações vulneráveis tenham acesso a novas oportunidades produtivas. Políticas que promovam o empreendedorismo em setores verdes e a economia do cuidado são fundamentais para assegurar que a modernização econômica seja também socialmente equitativa.

Insights para Diversificação Econômica em Municípios Dependentes de Atividades Intensivas em Carbono

Com base nos insights e recomendações da literatura nacional e internacional sobre a modernização das políticas locais de desenvolvimento econômico no Brasil, podem ser destacadas as seguintes diretrizes:



Desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis

Municípios dependentes da mineração e do petróleo podem aproveitar o potencial de geração de energias renováveis (solar e eólica) e o desenvolvimento de indústrias de baixo carbono, como a produção de hidrogênio verde e tecnologias de captura e armazenamento de carbono (CCUS). O incentivo ao uso de resíduos industriais e orgânicos para produção de biogás e biometano também pode ser uma estratégia de descarbonização e diversificação.



Economia Digital

O apoio à criação de polos tecnológicos, voltados para o desenvolvimento de fintechs, agritechs e startups de tecnologia, pode impulsionar a transformação digital agregando maior produtividade e competitividade. Atração de investimentos para a infraestrutura digital e capacitação da mão de obra local são elementos essenciais para criar um ecossistema digital vibrante, capaz de gerar novos negócios e empregos de alta qualificação.



Economia Criativa

Municípios com forte dependência de atividades intensivas em carbono também podem diversificar suas bases econômicas investindo em atividades educacionais, culturais, em turismo sustentável e indústrias criativas (como moda e audiovisual). A criação de incentivos fiscais e programas de incubação de negócios para a economia criativa, associada à valorização de patrimônios naturais e culturais, é uma oportunidade para diversificar a economia e promover o desenvolvimento inclusivo.



Investimento em bioeconomia e manejo florestal sustentável

Regiões como a Amazônia Legal têm potencial para desenvolver cadeias produtivas relacionadas à bioeconomia, com ênfase no manejo sustentável de florestas, extrativismo vegetal e serviços ambientais. O fortalecimento dessas atividades deve incluir o apoio à pesquisa e desenvolvimento (P&D) e o fomento a novas cadeias de valor, como a produção de bioinsumos e a indústria de alimentos e cosméticos a partir de produtos florestais.



Fortalecimento do Complexo Industrial da Saúde

O investimento na ampliação do complexo industrial da saúde — que inclui desde a produção de equipamentos e insumos médicos até a gestão de universidades, hospitais e clínicas — pode transformar a realidade econômica local. Isso também promove a melhoria de indicadores de saúde pública e gera empregos locais. O apoio do BNDES para desenvolver parcerias público-privadas (PPPs) e a estruturação de projetos de saúde resiliente e sustentável pode criar uma rede de serviços robusta e economicamente viável.



Economia do Cuidado

A promoção da economia do cuidado, com investimentos na capacitação de profissionais para atuar em serviços de saúde, educação e assistência social, é fundamental para garantir uma transição justa que inclua populações vulneráveis e gere oportunidades de emprego. Programas de apoio à inclusão produtiva e empreendedorismo social podem complementar as políticas de desenvolvimento econômico e proporcionar uma rede de proteção social mais sólida para os territórios em transição.



Apoio à Economia de Impacto

Promover iniciativas de negócios que gerem impactos socioambientais positivos, nos moldes sugeridos pela Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (Enimpecto), relançada em agosto de 2023. Essa abordagem inclui políticas de fomento ao empreendedorismo social, desenvolvimento de infraestrutura e parcerias para fortalecer o ecossistema de inovação e impacto nos territórios em transição.

Ao adotar essas diretrizes, Estados e municípios podem não apenas promover uma transição justa e inclusiva para uma economia de baixo carbono, mas também ajudar o Brasil a posicionar-se como líder global em sustentabilidade e competitividade, fortalecendo as economias locais e contribuindo para a construção de um legado socioeconômico robusto e resiliente.

Abordagens territoriais específicas para Transição Justa

A transição justa para uma economia de baixo carbono exige abordagens territoriais que considerem as particularidades econômicas, sociais e ambientais de cada região. Para garantir que essa transição seja inclusiva e equitativa, é fundamental adaptar estratégias de desenvolvimento que atendam tanto às vulnerabilidades quanto às potencialidades locais. Isso requer a elaboração de planos específicos, com soluções personalizadas para cada contexto, como a criação de incentivos para energias renováveis, o fortalecimento da governança regional, a reforma das políticas de trabalho e inclusão produtiva, além da implementação de mecanismos financeiros que garantam a estabilidade econômica durante todo o processo. Com essas ações, será possível fomentar um crescimento sustentável, diversificado e focado na geração de novos empregos, especialmente em setores verdes e de baixo impacto ambiental, assegurando que nenhum território seja excluído desse processo de transformação.

Regiões produtoras de petróleo e gás

 *Rio de Janeiro*

- ✓ Desenvolvimento de um plano de transição justa, com ênfase na resiliência dos territórios afetados.
- ✓ Criação de fundo de estabilização para financiar a transição e diversificação econômica.
- ✓ Incentivos para indústrias de energias renováveis, aproveitando infraestrutura existente e mão de obra qualificada.
- ✓ Adoção de políticas e instrumentos de diversificação econômica. Criação ou fortalecimento de instituições com o propósito de incubar e acelerar novos negócios em setores portadores de futuro.

Estados do Agronegócio

 *Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Bahia, Mato Grosso do Sul, Paraná*

- ✓ Implementação de programas de redução de emissões, com foco em práticas regenerativas e rastreabilidade de cadeias produtivas.
- ✓ Fortalecimento da governança regional de inovação e pesquisa em agricultura sustentável, incluindo setor privado, universidades, sociedade civil e governos.
- ✓ Estabelecimento de instrumentos de financiamento para regeneração de pastagens e adaptação climática.
- ✓ Fortalecimento da assistência técnica e extensão rural (ATER) voltada para agricultura de baixo carbono (Plano ABC Plus).
- ✓ Criação de políticas locais para tratar da adaptação climática e seus efeitos econômicos

Regiões com Atividades de Siderurgia e Mineração

 *Minas Gerais, Espírito Santo, Pará e Maranhão*

- ✓ Implementação de tecnologias para substituição de fontes energéticas por alternativas mais limpas.
- ✓ Estabelecimento de planos e mecanismos financeiros para fortalecer a resiliência e diversificação econômica em territórios dependentes da mineração.
- ✓ Criação de clusters industriais sustentáveis e incentivo à verticalização da cadeia produtiva para agregar valor ao minério e ao aço. Criação de agências de desenvolvimento local.
- ✓ Construção de infraestruturas que oportunizem legados econômicos envolvendo apoios da iniciativa privada.

Transição Justa na Amazônia

Amazônia legal

- ✓ Fortalecimento de governança regional integrada, multissetorial e representativa, capaz de formular e monitorar planos de desenvolvimento econômico adaptados aos respectivos contextos socioeconômicos da Amazônia.
- ✓ Promover agropecuária de baixo carbono e desenvolver cadeias de produtos da sociobiodiversidade, focando na manutenção da floresta em pé, recuperação de áreas degradadas, redução de emissões e rastreabilidade com o objetivo de ampliar a produtividade rural e oportunizar acesso a mercados.
- ✓ Ampliar a conectividade digital de alta velocidade e construir infraestruturas resilientes às mudanças climáticas, visando expandir os mercados para produtos da sociobiodiversidade e promover legados socioeconômicos duradouros, com apoio público e participação ativa do setor privado.
- ✓ Fomentar centros de inovação tecnológica que promovam a pesquisa e o desenvolvimento de novos produtos e serviços com base nos recursos naturais, além de clusters industriais sustentáveis integrando bioeconomia, energia limpa e tecnologias verdes para gerar inovação e inclusão social nas regiões amazônicas.
- ✓ Criar mecanismos de incentivo e financiamento que apoiem a diversificação das atividades econômicas ligadas à sociobiodiversidade, reduzindo a dependência de atividades de alto impacto ambiental e promovendo a geração de empregos verdes.

Implementação das Diretrizes

Para implementar essas diretrizes, recomenda-se a criação de planos de transição justa em nível estadual e municipal, que integrem políticas de diversificação econômica com as metas nacionais de descarbonização e os objetivos de desenvolvimento sustentável. Esses planos devem ser elaborados em diálogo com todos os atores envolvidos — governos locais, setor privado, trabalhadores e sociedade civil — e estar alinhados com os programas federais, como o **Plano de Transição Verde** e o **Nova Indústria Brasil**.

Por fim, a modernização das políticas de desenvolvimento econômico locais e regionais no Brasil deve ser vista como uma oportunidade para transformar a realidade dos territórios dependentes de atividades intensivas em carbono. Ao promover a economia verde, a economia criativa, a bioeconomia e setores estratégicos como a economia digital e a saúde, o Brasil pode não apenas descarbonizar sua economia, mas também criar novas bases de crescimento econômico sustentável e inclusivo, consolidando-se como uma referência global na promoção de uma transição justa e integrada.

Referências Internacionais

International Labour Organization (ILO)

Guidelines for a Just Transition towards Environmentally Sustainable Economies and Societies for All. ILO, 2015.

Global Employment Trends for a Just Transition: Towards Environmentally Sustainable Economies and Societies. ILO, 2019.

World Employment and Social Outlook 2023: Just Transitions in Practice. ILO, 2023.

World Bank

World Development Report 2022: Reshaping Economic Geography for a Green and Just Transition. World Bank, 2022.

Building Resilience and Supporting Green Inclusive and Resilient Transitions. World Bank, 2023.

Organization for Economic Co-operation and Development (OECD)

Economic Outlook for Southeast Asia, China and India 2023: Towards Green and Just Transitions. OECD, 2023.

Aligning Development Co-operation and Climate Action: The Only Way Forward. OECD, 2021.

International Monetary Fund (IMF)

Macroeconomic and Financial Policies for Climate Change Mitigation: A Review of the Literature. IMF, 2022.

Fiscal Policies for Paris Climate Strategies—from Principle to Practice. IMF, 2020.

United Nations Environment Programme (UNEP)

Global Environment Outlook – GEO-6: Healthy Planet, Healthy People. UNEP, 2019.

Emissions Gap Report 2022. UNEP, 2022.

Greening the Blue Report 2022: The UN System's Environmental Footprint and Efforts to Reduce It. UNEP, 2022.

World Resources Institute (WRI)

Synthesis Report on the New Economy of Brazil. WRI Brasil, 2023. Disponível em: WRI Brasil.

European Commission

A Clean Planet for All: A European Strategic Long-Term Vision for a Prosperous Modern Competitive and Climate Neutral Economy. European Commission, 2018.

European Green Deal. European Commission, 2019.

Referências em Português

Agenda Pública

Recuperação Econômica Inclusiva: Um Guia com Boas Práticas e Soluções para Municípios com Referências e Aprendizados. Agenda Pública, 2021. Disponível em: [link](#).

Por uma Agenda de Crescimento Econômico Inclusivo. Agenda Pública, 2020. Disponível em: [Link](#).

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)

Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável na América Latina e no Caribe no Pós-COVID-19: Contribuição ao Debate de Políticas Públicas para a Recuperação com Igualdade e Sustentabilidade. CEPAL, 2021.

O Grande Impulso para a Sustentabilidade: Planejamento, Governança e Marcos de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina e no Caribe. CEPAL, 2022.

Transformações para a Sustentabilidade no Brasil: Economia Verde e Inclusiva. CEPAL, 2020.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Clima e Desenvolvimento: A Contribuição do BNDES para uma Transição Justa. BNDES, 2022. Disponível em: [BNDES](#).

Relatório de Sustentabilidade 2023. BNDES, 2023.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Transição Energética e Descarbonização no Brasil: Desafios e Oportunidades para um Futuro Sustentável. IPEA, 2022.

Mudança do Clima e Política Industrial: Estratégias para a Economia de Baixo Carbono no Brasil. IPEA, 2021.

Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Transição para uma Economia de Baixo Carbono: Contribuições para a Construção de Políticas Públicas no Brasil. CNI, 2021.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI)

Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Sustentabilidade e a Transição Verde. MCTI, 2023.

Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima: Relatório de Avaliação do Impacto Climático no Brasil. MCTI, 2022.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)

Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (Enimpacto). Secretaria-Geral da Presidência da República, 2023. Disponível em: [Enimpacto](#).

Ministério da Fazenda

Plano de Transição Ecológica: Descarbonização e Competitividade. Ministério da Fazenda, 2023.

Programa Nova Indústria Brasil: Estratégia de Desenvolvimento Industrial Sustentável. MDIC, 2023.

Nações Unidas

Acordo de Paris. Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), 2015. Disponível em: [UNFCCC](#).

Realização:



PLATAFORMA DE
**TRANSIÇÃO
JUSTA**



AGENDA
PÚBLICA

Co-patrocinio:



COPA
energia